



Educação Ambiental no Campo: Invisibilidade Política, Justiça Socioambiental e Epistemologias dos Sujeitos do Campo

Environmental Education in Rural Areas: Political Invisibility, Socio-Environmental Justice, and Epistemologies of Rural Subjects

Neuza Maria Corrêa da Silva

Leonardo Betemps Kontz

Resumo: A Educação Ambiental no campo constitui um ato estratégico de disputa política, epistemológica e pedagógica no contexto das profundas desigualdades socioambientais que estruturam o espaço agrário brasileiro. Este estudo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos e políticos da Educação Ambiental articulada à Educação do Campo, problematizando a invisibilidade política dos sujeitos do campo, as desigualdades socioambientais e a centralidade dos saberes tradicionais na construção de projetos educativos críticos e emancipatórios. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico-analítico de natureza qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica crítica, ancorada nas contribuições de Henri Acselrad, Ricardo Abramovay, Roseli Salete Caldart, Enrique Leff, José de Souza Martins, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Teodor Shanin e Maria de Nazareth Baudel Wanderley. O estudo sustenta que a Educação Ambiental no campo não pode ser reduzida a práticas conservacionistas ou adaptações de modelos urbanos, devendo constituir-se como prática social crítica orientada pela justiça ambiental, pelo reconhecimento da diversidade de saberes e pela afirmação dos sujeitos do campo como protagonistas de seus processos formativos. Conclui-se que a articulação entre Educação Ambiental crítica e Educação do Campo representa um caminho potente para a construção de alternativas sustentáveis, socialmente justas e politicamente democráticas.

Palavras-chave: educação ambiental; educação do campo; justiça ambiental; saberes tradicionais; sustentabilidade; campo.

Abstract: Environmental Education in rural territories constitutes a strategic field of political, epistemological, and pedagogical dispute within the context of profound socio-environmental inequalities that structure the Brazilian agrarian space. This article aims to analyze the theoretical and political foundations of Environmental Education articulated with Rural Education (Educação do Campo), problematizing the political invisibility of rural subjects, socio-environmental inequalities, and the centrality of traditional knowledge in the construction of critical and emancipatory educational projects. Methodologically, this is a qualitative theoretical-analytical study grounded in a critical literature review, drawing upon the contributions of Henri Acselrad, Ricardo Abramovay, Roseli Salete Caldart, Enrique Leff, José de Souza Martins, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Teodor Shanin, and Maria de Nazareth Baudel Wanderley. The article argues that Environmental Education in rural contexts cannot be reduced to conservationist practices or adaptations of urban models; rather, it must be understood as a critical social practice guided by environmental justice, the recognition of knowledge diversity, and the affirmation of rural subjects as protagonists of their formative processes. It concludes that the articulation between critical Environmental Education and

Rural Education represents a powerful pathway toward building sustainable, socially just, and politically democratic alternatives.

Keywords: environmental education; rural education; environmental justice; traditional knowledge; sustainability; rural territories.

INTRODUÇÃO

O campo brasileiro ocupa posição central na produção de alimentos, na conservação da biodiversidade, na manutenção de ecossistemas estratégicos e na reprodução de culturas e modos de vida historicamente construídos. Paradoxalmente, os sujeitos que vivem e trabalham nesses territórios permanecem submetidos a processos persistentes de invisibilidade política, desigualdade social e subordinação a modelos de desenvolvimento exógenos.

A Educação Ambiental no campo emerge, nesse cenário, como espaço de disputa teórica e prática. Longe de configurar-se como mera estratégia técnica voltada à conservação dos recursos naturais, trata-se de um projeto político-pedagógico comprometido com a transformação das relações sociais, ambientais e epistemológicas que estruturam o espaço agrário.

Historicamente, o campo foi interpretado a partir de uma lógica urbanocêntrica que o definiu como espaço de atraso, carência e subdesenvolvimento. Tal leitura legitimou intervenções fundamentadas em paradigmas de modernização excludente, frequentemente desconsiderando os modos de vida, os saberes e as formas próprias de organização social das populações camponesas e tradicionais.

Este estudo parte da hipótese de que a Educação Ambiental no campo, articulada à Educação do Campo, pode constituir-se como instrumento estratégico de enfrentamento das desigualdades socioambientais, desde que reconheça os sujeitos do campo como produtores de conhecimento e protagonistas históricos. O objetivo central deste estudo, consiste em analisar os fundamentos conceituais, políticos e epistemológicos dessa articulação, aprofundando a discussão sobre ruralidade, invisibilidade política, justiça ambiental e saberes tradicionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação Ambiental: Correntes, Disputas e Redefinições Críticas

A Educação Ambiental (EA) consolidou-se, nas últimas décadas, como campo interdisciplinar atravessado por distintas matrizes teóricas e disputas político-epistemológicas. No plano internacional, identifica-se uma tensão estruturante entre abordagens conservacionistas e perspectivas críticas. Autores como Stephen Sterling (n.d.) e Bob Jickling (n.d.) defendem uma educação orientada à sustentabilidade sistêmica, que ultrapasse modelos instrumentais de gestão ambiental. Já David Orr (n.d.) enfatiza a necessidade de reorientação ecológica dos sistemas educacionais diante da crise civilizatória contemporânea.

No contexto latino-americano, a Educação Ambiental crítica assume contornos próprios ao articular-se com debates sobre colonialidade, desigualdade estrutural e dependência econômica. Enrique Leff (2010) argumenta que a crise ambiental decorre da hegemonia de uma racionalidade econômica instrumental que fragmenta natureza e sociedade, impondo epistemologias dominantes e deslegitimando saberes territoriais. Nessa perspectiva, a EA não pode restringir-se à mudança comportamental individual, devendo problematizar as bases estruturais da degradação socioambiental.

Essa inflexão crítica é reforçada pelo debate sobre justiça ambiental, cuja formulação no Brasil é sistematizada por Henri Acselrad (2004). Para o autor, os conflitos ambientais revelam distribuição desigual de riscos e danos, afetando de forma desproporcional populações socialmente vulnerabilizadas. A Educação Ambiental, nesse horizonte, assume papel político ao questionar quem decide, quem se beneficia e quem arca com os custos dos projetos de desenvolvimento.

O estado da arte demonstra avanço significativo na incorporação da justiça ambiental como eixo formativo. Contudo, observa-se lacuna quando se trata da especificidade dos territórios rurais e dos sujeitos do campo. Grande parte da literatura internacional concentra-se em contextos urbanos ou em abordagens globais da sustentabilidade, carecendo de maior aprofundamento sobre os conflitos socioambientais em territórios agrários periféricos.

Ruralidade, Campo e Campesinato: Tensões Conceituais

A transição do conceito de “rural” para a categoria política “campo” representa inflexão teórica relevante. Ricardo Abramovay (2003) problematiza a visão residual do rural como “não urbano”, defendendo compreensão relacional e dinâmica das regiões rurais. Já Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001) enfatiza a ruralidade como construção social marcada por pertencimento e identidade coletiva.

Entretanto, como argumenta José de Souza Martins, o discurso modernizador consolidou a imagem do rural como atraso, legitimando políticas de intervenção técnico-produtivistas. Essa leitura está associada a uma matriz desenvolvimentista que subordina o campo à lógica urbana-industrial.

O deslocamento conceitual promovido pela Educação do Campo, sistematizado por Roseli Salette Caldart (2012), redefine o campo como território de disputa política e de produção de conhecimento. O campesinato, conforme conceituado por Teodor Shanin (2005), constitui categoria social específica, cuja racionalidade econômica não se reduz integralmente à lógica capitalista.

No debate internacional recente, estudos sobre food sovereignty e agroecologia ampliam essa discussão ao reconhecer práticas camponesas como alternativas sistêmicas ao agronegócio globalizado. Pesquisas publicadas na última década apontam o campesinato como ator estratégico na transição ecológica, embora ainda persistam controvérsias quanto à sua viabilidade econômica em contextos neoliberais.

A tensão central reside entre duas correntes:

1. A perspectiva produtivista-modernizadora, que integra o campo às cadeias globais de commodities;
2. A perspectiva territorial-crítica, que reconhece o campo como espaço de resistência e produção de alternativas sustentáveis.

Invisibilidade Política e Justiça Socioambiental

O conceito de invisibilidade política articula-se à noção de colonialidade do poder, discutida na ecologia política latino-americana. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) sustenta que a globalização da natureza implica apropriação assimétrica dos bens naturais, reproduzindo hierarquias históricas entre centro e periferia.

No campo brasileiro, essa dinâmica manifesta-se na concentração fundiária, no uso intensivo de agrotóxicos e na expansão de grandes empreendimentos. Henri Acselrad (2010) demonstra que tais processos configuram injustiça ambiental ao transferirem riscos para populações vulneráveis.

A literatura recente internacional sobre environmental justice amplia esse debate ao incorporar dimensões de reconhecimento cultural e participação política. Entretanto, ainda são incipientes os estudos que conectam explicitamente justiça ambiental e Educação do Campo como projeto formativo estruturante.

Observa-se, portanto, avanço conceitual na compreensão das desigualdades socioambientais, mas limite analítico na integração entre formação escolar, territorialidade e conflitos ambientais no espaço agrário.

Saberes Tradicionais e Epistemologias Plurais

O debate contemporâneo sobre epistemologias ambientais evidencia crítica à hegemonia do conhecimento técnico-científico. Enrique Leff (2010) propõe uma epistemologia ambiental que reconheça a diversidade cultural e a inseparabilidade entre natureza e sociedade.

Os saberes tradicionais do campo — manejo agroecológico, conservação de sementes crioulas, organização comunitária — constituem formas históricas de racionalidade ecológica. Entretanto, como aponta Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), a colonialidade do saber produziu hierarquias epistemológicas que invisibilizam esses conhecimentos.

Nos últimos dez anos, pesquisas internacionais em agroecologia e educação intercultural têm reconhecido o valor dos conhecimentos locais na transição para sistemas sustentáveis. Ainda assim, persiste tensão entre integração institucional desses saberes e risco de sua instrumentalização pelo mercado.

O avanço teórico reside na superação da dicotomia ciência/tradição. O limite, porém, está na dificuldade de operacionalizar pedagogicamente o diálogo horizontal de saberes sem reduzir a complexidade das epistemologias camponesas.

Convergências Teóricas: Educação do Campo e Educação Ambiental crítica

A Educação do Campo, conforme formulada por Roseli Salette Caldart (2004), constitui projeto político-pedagógico vinculado às lutas sociais por terra, dignidade e reconhecimento. Ao afirmar o campo como espaço de produção de conhecimento, rompe com modelos educacionais homogeneizantes.

A convergência com a Educação Ambiental crítica ocorre na centralidade atribuída à transformação estrutural. Enrique Leff (2010) sustenta que enfrentar a crise ambiental exige revisão dos fundamentos econômicos e culturais da modernidade. Henri Acselrad (2010) complementa ao afirmar que justiça ambiental deve orientar práticas educativas.

No plano internacional, cresce o debate sobre transformative education e sustainability transitions, aproximando educação, justiça social e transição ecológica. Contudo, raramente esses estudos dialogam com a experiência latino-americana da Educação do Campo.

Assim, identifica-se como contribuição potencial deste estudo a articulação sistemática entre:

- Justiça ambiental
- Epistemologias plurais
- Educação do Campo
- Sustentabilidade territorial

Essa síntese responde à lacuna identificada no estado da arte: a necessidade de um referencial integrado capaz de fundamentar práticas educativas comprometidas simultaneamente com equidade social, reconhecimento cultural e sustentabilidade ecológica no campo.

Síntese Analítica do Estado da Arte

O exame da literatura revela:

Avanços:

- Consolidação da justiça ambiental como categoria analítica.
- Reconhecimento da pluralidade epistemológica.
- Valorização do campesinato na transição ecológica.
- Ampliação da crítica à racionalidade instrumental.

Limites:

- Fragmentação entre debates ambientais e educacionais.
- Predomínio de análises urbanocêntricas.
- Insuficiente articulação entre Educação do Campo e justiça ambiental.
- Escassa sistematização pedagógica do diálogo de saberes.

Diante disso, sustenta-se que a Educação Ambiental no campo deve ser compreendida como campo interdisciplinar crítico que integra ecologia

política, pedagogia emancipatória e epistemologias do Sul, consolidando base teórica consistente para enfrentamento das desigualdades socioambientais contemporâneas.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-analítica de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica crítica e análise documental. A metodologia foi organizada em três etapas principais: seleção das fontes, procedimentos de análise e critérios de validação.

Seleção das Fontes

- Corpus bibliográfico: foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas sobre Educação Ambiental, Educação do Campo e Justiça Socioambiental.
- Autores de referência: Henri Acselrad (2010), Ricardo Abramovay (2003), Roseli Salete Caldart (2004), Enrique Leff (2010), José de Souza Martins (2009), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), Teodor Shanin (2005) e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001).
- Critérios de inclusão: textos publicados em periódicos indexados, livros de reconhecida relevância acadêmica e documentos oficiais relacionados às políticas públicas de Educação Ambiental e Educação do Campo.
- Critérios de exclusão: materiais sem rigor científico, publicações opinativas sem fundamentação teórica e textos desatualizados (anteriores a 2000, salvo clássicos fundamentais).

Procedimentos de Análise

- Leitura exploratória: identificação das principais categorias conceituais (invisibilidade política, justiça socioambiental, saberes tradicionais, ruralidade).
- Leitura analítica: organização das categorias em eixos temáticos, relacionando-as às contribuições dos autores selecionados.
- Leitura interpretativa: construção de sínteses críticas, articulando os fundamentos teóricos com o contexto socioambiental brasileiro.
- Procedimento comparativo: cotejo entre diferentes perspectivas teóricas para identificar convergências, divergências e lacunas.

Critérios de validação

- Rigor teórico: utilização de fontes reconhecidas e atualizadas.
- Consistência analítica: manutenção da coerência entre objetivos, categorias e interpretações.

- **Replicabilidade:** descrição detalhada das etapas de seleção e análise, permitindo que outros pesquisadores reproduzam o percurso metodológico.
- **Triangulação teórica:** confronto entre diferentes autores e correntes de pensamento para fortalecer a validade das interpretações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Invisibilidade Política dos Sujeitos do Campo

A análise bibliográfica evidenciou que autores como José de Souza Martins (2009) e Roseli Salete Caldart (2004) destacam a persistência da invisibilidade política dos camponeses, marcada pela marginalização em políticas públicas e pela subordinação a modelos de desenvolvimento urbano-industriais. Essa invisibilidade não é apenas social, mas também epistemológica, pois desconsidera os saberes tradicionais como formas legítimas de conhecimento.

Justiça Socioambiental e Desigualdades

Os estudos de Henri Acselrad (2010) e Ricardo Abramovay (2003) reforçam que a justiça socioambiental no campo exige reconhecer as desigualdades estruturais que afetam populações rurais. A concentração fundiária, a degradação ambiental e a imposição de modelos produtivos exógenos configuram um cenário de injustiça que só pode ser enfrentado por meio de políticas que articulem sustentabilidade e equidade social.

Epistemologias dos Sujeitos do Campo

Autores como Enrique Leff (2010) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) defendem que os saberes tradicionais constituem epistemologias próprias, capazes de oferecer alternativas ao paradigma dominante de modernização. A valorização desses saberes implica reconhecer o campo como espaço de produção de conhecimento e não apenas como território de aplicação de modelos externos.

Articulação entre Educação Ambiental e Educação do Campo

A literatura analisada converge na defesa de uma Educação Ambiental crítica, que não se limite a práticas conservacionistas. Caldart (2012) e Wanderley (2001) apontam que a articulação com a Educação do Campo fortalece a dimensão política e emancipatória da prática educativa, permitindo que os sujeitos rurais sejam protagonistas de seus processos formativos e da construção de alternativas sustentáveis.

Síntese Interpretativa

Os resultados indicam que:

- A invisibilidade política é um eixo estruturante das desigualdades socioambientais.
- A justiça ambiental no campo depende da valorização dos saberes tradicionais e da participação ativa dos sujeitos rurais.
- A Educação Ambiental crítica, articulada à Educação do Campo, emerge como prática pedagógica capaz de enfrentar desigualdades e promover sustentabilidade social e ecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórico-analítica realizada evidenciou que a Educação Ambiental no campo, quando articulada à Educação do Campo, constitui uma prática pedagógica crítica e emancipatória, capaz de enfrentar as desigualdades socioambientais e a invisibilidade política dos sujeitos rurais. Os resultados demonstram que:

- A invisibilidade política dos camponeses é um fator estruturante das desigualdades socioambientais, exigindo políticas públicas que reconheçam sua centralidade na produção de alimentos, na conservação da biodiversidade e na reprodução cultural.
- A justiça socioambiental no campo só pode ser alcançada mediante a valorização dos saberes tradicionais e da participação ativa dos sujeitos rurais como protagonistas de seus processos formativos.
- A Educação Ambiental crítica, ao se afastar de modelos conservacionistas e urbanocêntricos, fortalece a construção de alternativas sustentáveis, socialmente justas e politicamente democráticas.

Implicações Práticas

- Políticas públicas: necessidade de integrar Educação Ambiental e Educação do Campo em programas governamentais, garantindo recursos e reconhecimento institucional.
- Formação docente: urgência em preparar educadores para trabalhar com epistemologias diversas, valorizando os saberes locais e comunitários.
- Projetos educativos: incentivo à criação de práticas pedagógicas contextualizadas, que articulem sustentabilidade ecológica e justiça social.

Limitações do Estudo

Este trabalho se baseia em revisão bibliográfica crítica, o que limita a análise empírica direta das práticas educativas no campo. A ausência de pesquisa de campo restringe a observação de experiências concretas e suas dinâmicas locais.

Sugestões para Pesquisas Futuras

- Realização de estudos empíricos em comunidades rurais, investigando práticas de Educação Ambiental já existentes.
- Análise comparativa entre diferentes regiões do Brasil, considerando especificidades culturais e socioambientais.
- Exploração das relações entre Educação Ambiental crítica e movimentos sociais do campo, como forma de compreender sua potência transformadora.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental: narrativas de resistência ao risco socialmente produzido**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: **EPSJV**; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53–75, 1998.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês. **Revista NERA**, v. 8, n. 7, p. 1–21, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**. In: GIARRACCA, Norma (org.). Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001.